



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Anexo à Resolução nº 13, de 18 de dezembro de 2012

ANEXO I
Formulação Estratégica do Tribunal Regional
Eleitoral da Bahia - 2012-2014

Salvador – BA
Dezembro/2012

Composição da Corte

SARA SILVA DE BRITO

Juíza-Presidente

MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

Vice-Presidente

JOSEVANDO SOUZA ANDRADE

Corregedor Regional Eleitoral

CÁSSIO JOSÉ BARBOSA MIRANDA

Juiz

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA

Juiz

ROBERTO MAYNARD FRANK

Juiz

WANDERLEY GOMES

Juiz

SIDNEY PESSOA MADRUGA

Procurador Regional Eleitoral

Composição da Secretaria

ANDRÉ LUIS MARTINS BESERRA

Diretor-Geral

MARIA ÂNGELA DOS SANTOS SILVA

Secretária de Administração

ISMÊNIA ANÉZIA DE SOUZA

Secretária de Controle Interno

FLÁVIO SOUZA MAGALHÃES

Secretário de Gestão de Pessoas

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA

Secretária Judiciária

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA

Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CINTHIA ALMEIDA DA SILVEIRA

Secretária de Tecnologia da Informação

ANA LÚCIA ESTEVEZ AMOEDO

Assessora de Planejamento, Estratégia e Gestão da Diretoria Geral

CARLA SARAIVA JUCÁ

Assessora de Planejamento e Gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação

JOSAFÁ DA SILVA COELHO

Assessor de Planejamento e Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas

FABÍOLA MAZZEI PEREIRA

Assessora de Planejamento e Gestão da Secretaria de Administração

MÔNICA SAMPAIO LIMA

Assessora de Planejamento e Gestão da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

As transformações operadas na Administração Pública brasileira, corporificadas, sobretudo, na reforma gerencial implementada por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, impôs a todos os seus órgãos a imperiosa necessidade de planejar, acompanhar, controlar e revisar o quanto planejado a fim de assegurar a mitigação dos efeitos da descontinuidade administrativa, efetiva transparência e contínua melhoria do desempenho na gestão dos recursos que lhe são destinados.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), a implementação formal da gestão estratégica remonta ao exercício de 2008, quando da aprovação do primeiro instrumento de gestão estratégica do órgão, por meio da Portaria da Diretoria Geral (DG) nº 763, de 19 de dezembro de 2008. O referido plano passou por processos revisionais em 2009 e 2010, para fins de alinhamento às premissas estabelecidas para todo o Judiciário e ajustes às demandas internas e externas supervenientes.

No Poder Judiciário, a implantação da gestão estratégica processou-se por meio da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 70, de 18 de março de 2009, que instituiu planejamento estratégico para todo o Judiciário, bem como dez metas gerais de nivelamento para cumprimento por todos os tribunais do país, de modo a aperfeiçoar a atuação de seus órgãos no cotidiano exercício de suas funções administrativa e judiciária.

Neste momento, o TRE-BA vem apresentar a revisão do planejamento estratégico aprovado por meio da Resolução Administrativa nº 14, de 17 de dezembro de 2009, com alterações dadas pela Resolução Administrativa nº 12, de 15 de dezembro de 2010, com vistas ao alinhamento de suas premissas às diretrizes fixadas para todo o Judiciário Eleitoral por meio da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.371, de 14 de dezembro de 2011.

O processo revisional do plano estratégico vigente resultou de sucessivas etapas legitimadas pela participação de representantes dos níveis estratégico, tático e operacional da instituição, culminando na formulação que ora se apresenta. Este novo instrumento de gestão insere o TRE-BA no contexto de planejamento único de todo o Judiciário Eleitoral sem, contudo, prescindir das especificidades e prioridades ponderadas relevantes pela equipe gestora deste Tribunal.

O alinhamento estratégico de todos os tribunais eleitorais reforça o ideal de unicidade da Justiça Eleitoral, contribuindo para a institucionalização da discussão

ampliada dos desafios afins que se apresentam, bem como para o fomento ao compartilhamento de boas práticas e melhores soluções adotadas. Trata-se, portanto, de um importante marco na história do Judiciário Eleitoral, certamente decisivo para a consolidação de uma justiça mais eficaz, eficiente e, sobretudo, efetiva.

Desa. Sara Silva de Brito
Presidente

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Missão:

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Visão 2014:

Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, modelo de excelência na prestação de serviços no âmbito de sua atuação.

Atributos de Valor para a Sociedade:

Credibilidade

Acessibilidade
Celeridade
Eficiência
Ética
Imparcialidade
Modernidade
Responsabilidade Social e Ambiental
Transparência

Contextualização

Credibilidade: derivada da imagem de instituição íntegra, construída junto à população, amparada no processo eletrônico de votação.

Acessibilidade: espelhada na facilidade de obtenção de informações e serviços pelos cidadãos.

Celeridade: traduzida na agilidade no exercício das funções judicial e administrativa.

Eficiência: relacionada ao desempenho na realização das atividades fim da Justiça Eleitoral, notadamente no âmbito da prestação jurisdicional, do atendimento ao eleitor e na rápida totalização das eleições.

Ética: revelada na atuação proba dos magistrados e servidores, pautada nos princípios da honestidade, lealdade e dignidade.

Imparcialidade: refletida na prestação jurisdicional e de serviços norteada pelos princípios da legalidade, equidade e impessoalidade.

Modernidade: percebida na constante busca pela incorporação de avanços tecnológicos e atendimento às aspirações da sociedade, sobretudo no tocante à garantia da segurança do processo eleitoral.

Responsabilidade socioambiental: expressa por meio de ações voltadas à formação da cidadania, inclusão social e preservação do meio ambiente, interferindo positivamente no meio em que atua.

Transparência: manifesta na garantia de acesso às informações relativas aos atos administrativos e jurisdicionais, notadamente àqueles atinentes à execução orçamentária e ao processo eleitoral.

MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA (TRE-BA) - 2012-2014

MISSÃO: Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

VISÃO 2014: Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, modelo de excelência na prestação de serviços no âmbito de sua atuação.

Sociedade

Prestar serviços de excelência

Credibilidade

- Atributos de valor para a Sociedade
- Acessibilidade
 - Celeridade
 - Eficiência
 - Ética
 - Imparcialidade
 - Modernidade
 - Responsabilidade Socioambiental
 - Transparência

Processos Internos



Recursos

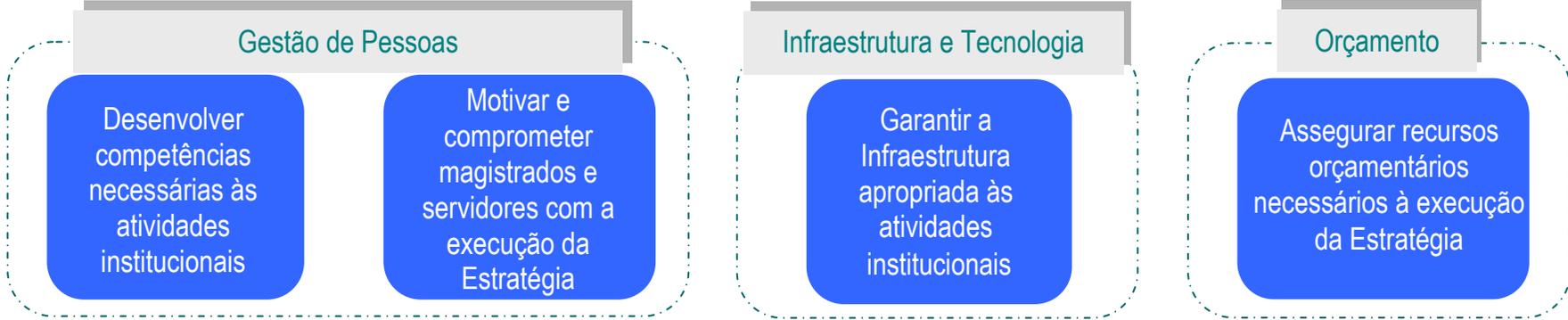


Figura 1: Mapa Estratégico do TRE-BA – 2012-2014.

Objetivo estratégico:

Prestar serviços de excelência.

Descrição do objetivo:

Assegurar a prestação de serviços de qualidade aos clientes da Justiça Eleitoral baiana.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

1. Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria;
2. Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria; e
3. Grau de satisfação dos clientes.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Projeto TRE perto de você (1);
- Código de Ética (17);
- Ouvidoria institucional (19); e
- Pesquisa de opinião junto a clientes da Justiça Eleitoral na *Internet* (24).

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo estratégico:

Aprimorar o processo eleitoral.

Descrição do objetivo:

Promover a melhoria contínua do processo eleitoral, observadas as premissas de segurança, transparência, qualidade e foco no cidadão.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

4. Percentual de implementação de planos de ações/projetos resultantes das avaliações das Eleições; e
5. Percentual de eleitores com cadastro biométrico.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Planejamento integrado das eleições (3);
- Treinamento de mesário a distância (15);
- Projeto de identificação biométrica do eleitor (26);
- Projeto Serviço de Mensagem Eletrônica – SMS (29);
- Projeto carregamento de baterias de urna eletrônica à energia solar (30); e
- Política de Segurança da Informação (33).

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo estratégico:

Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Descrição do objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

6. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços; e
7. Taxa de congestionamento.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Gestão documental na 1ª instância (6);
- Mapeamento de processos de trabalho (7);
- Processo eletrônico (10);
- Resultados de eleições ocorridas entre 1945 e 1998 transferidos para meio digital (11);
- Plano de comunicação interna e externa (12);
- Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços (14);
- Norma de atos oficiais (21);
- Migração de conteúdo de mídias em formato analógico para meio digital (23);
- Projeto Mesário Voluntário (32); e
- Política de Segurança da Informação (33).

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo estratégico:

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Descrição do objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

8. Índice de contratos revisados.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Fórum de Planejamento Orçamentário (4);
- Mapeamento de processos de trabalho (7);
- Processo eletrônico (10);
- Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços (14);
- Treinamento de mesário a distância (15);
- Projeto de uso racional de bens permanentes e de consumo (22);
- Programa de manutenção predial (27);
- Projeto carregamento de baterias de urna eletrônica à energia solar (30); e
- Projeto de uso racional de recursos naturais (34).

Tema:

Acesso à Justiça.

Objetivo estratégico:

Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Descrição do objetivo:

Promover o acesso à Justiça Eleitoral, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos desta justiça especializada e garantir equidade no atendimento ao cidadão.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

9. Índice de acesso à Justiça; e
10. Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE-BA.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Projeto TRE perto de você (1);
- Gestão documental na 1ª instância (6);
- Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na *Internet* (13);
- Treinamento de mesário a distância (15);
- Projeto Juventude, Voto e Cidadania (20); e
- Projeto voto do preso provisório (36).

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo estratégico:

Aprimorar a comunicação interna e externa.

Descrição do objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do TRE-BA, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

11. Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna;
12. Índice de matérias institucionais positivas;
13. Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral na *Internet*; e
14. Índice de matérias produzidas pela ASCOM/TRE-BA.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Resultados de eleições ocorridas entre 1945 e 1998 transferidos para meio digital (11);
- Plano de comunicação interna e externa (12);
- Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na *Internet* (13);
- Ouvidoria institucional (19);
- Norma de atos oficiais (21);
- Migração de conteúdo de mídias em formato analógico para meio digital (23);
- Pesquisa de opinião junto a clientes da Justiça Eleitoral na *Internet* (24);
- Projeto Memória (25); e
- Projeto Serviço de Mensagem Eletrônica – SMS (29).

Tema:

Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo estratégico:

Promover ações sociais e ambientais.

Descrição do objetivo:

Promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da cidadania.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

15. Número de ações socioambientais; e
16. Índice de desempenho ambiental.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Projeto TRE perto de você (1);
- Agenda Ambiental (16);
- Projeto Juventude, Voto e Cidadania (20);
- Projeto de uso racional de bens permanentes e de consumo (22);
- Projeto Memória (25);
- Programa de manutenção predial (27);
- Projeto Menor Cidadão (28);
- Projeto Mesário Voluntário (32);
- Projeto de uso racional de recursos naturais (34);
- Projeto Eleitor do Futuro (35); e
- Projeto voto do preso provisório (36).

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo estratégico:

Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.

Descrição do objetivo:

Promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades institucionais, por meio da aferição do grau de adequação entre as competências organizacionais essenciais a cada área e as competências apresentadas pelos respectivos servidores, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

17. Índice de aderência ao PAC;
18. Índice de execução do PAC; e
19. Índice de adequação às competências organizacionais.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Programa de capacitação (5);
- Núcleo de Educação a Distância (8);
- Projeto de gestão por competência (9);
- Agenda Ambiental (16); e
- Código de Ética (17).

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo estratégico:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Descrição do objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos servidores e magistrados a fim de viabilizar a execução da Estratégia.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

- 20. Quantidade de ações de valorização e integração realizadas; e
- 21. Índice de promoção da saúde.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Programa de Qualidade de Vida (2);
- Núcleo de Educação a Distância (8);
- Projeto de gestão por competência (9); e
- Código de Ética (17).

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo estratégico:

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Descrição do objetivo:

Prover e gerir recursos físicos (mobiliário e imobiliário) e tecnológicos (equipamentos, redes, sistemas e comunicações) a fim de garantir a prestação de serviços de qualidade e condições de trabalho com saúde e segurança.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

22. Índice de adequação das instalações físicas; e
23. Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Plano de atualização do parque de informática (18);
- Programa de manutenção predial (27);
- Adequação da infraestrutura dos cartórios eleitorais do interior (31); e
- Política de Segurança da Informação (33).

Tema:

Orçamento.

Objetivo estratégico:

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.

Descrição do objetivo:

Planejar o orçamento de forma integrada, visando assegurar e gerir recursos que viabilizem as ações necessárias à execução da Estratégia.

Indicadores relacionados:

(Fichas de Indicadores – Anexo 1)

- 24. Execução orçamentária;
- 25. Índice de execução do orçamento estratégico; e
- 26. Aderência da execução ao planejamento orçamentário.

Projetos relacionados:

(Fichas de Projetos – Anexo 2)

- Fórum de Planejamento Orçamentário (4).

Tabela 1: Priorização de iniciativas e relação com objetivos estratégicos.

Qtd	Projeto	Responsável	Tema		Eficiência Operacional				Acesso à Justiça	Atuação Institucional	Responsabilidade Socioambiental	Gestão de Pessoas		Infraestrutura e Tecnologia	Orçamento	3	4	3	2	Total
			Objetivos	-	Prestar serviços de excelência	Aprimorar o processo eleitoral	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	Aprimorar a comunicação interna e externa	Promover ações sociais e ambientais	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais	Motivar e comprometer servidores e magistrados com a execução da	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia	C1	C2	C3	C4	
			161	7	16	25	20	13	21	26	13	6	11	3	Orçamento	Impacto	Urgência	Capacidade realização		
1	Projeto TRE perto de você	CRE e zonas eleitorais	6	1				3		2					3	3	3	3	3,00	
2	Programa de qualidade de vida	SGP	3								3				3	3	3	3	3,00	
3	Planejamento integrado das eleições	STI (COELE)	3		3										3	3	3	3	3,00	
4	Fórum de Planejamento Orçamentário	SOF	5				2							3	3	3	3	3,00		
5	Programa de capacitação	SGP	3							3					3	3	3	3	3,00	
6	Gestão documental na 1ª instância	SAD (COGED)	4			3		1							3	3	3	2	2,83	
7	Mapeamento de processos de trabalho	Comissão designada	5			3	2								3	3	3	2	2,83	
8	Núcleo de Educação a Distância	SGP e STI	4								3	1			3	3	3	2	2,83	
9	Projeto de gestão por competência	SGP	4								3	1			3	3	3	1	2,67	
10	Processo eletrônico	TSE, STI, SJU e CRE	5			3	2								3	3	3	0	2,50	
11	Resultados de eleições ocorridas entre 1945 e 1998 transferidos para meio digital	SAD (COGED)	4			3			1						3	2	3	2	2,50	
12	Plano de comunicação interna e externa	ASCOM	5			2			3						2	3	3	1	2,42	
13	Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na Internet	SCI, STI e Comitê Gestor	4					3	1						2	3	3	1	2,42	
14	Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços	SCI e STI	5			3	2								2	3	3	1	2,42	
15	Treinamento de mesário a distância	STI (COELE) e zonas eleitorais	5		2		1	2							3	2	2	3	2,42	
16	Agenda Ambiental	Comissão Ambiental	4							3	1				1	3	3	2	2,33	
17	Código de Ética	Comissão a ser designada	6	2							3	1			3	3	1	2	2,33	
18	Plano de atualização do parque de informática	STI	3										3		2	3	2	2	2,33	

Obs.: a priorização dos projetos foi obtida a partir da ponderação de quatro critérios: disponibilidade de orçamento (peso 3); impacto nos objetivos (peso 4); urgência (peso 3) e capacidade de realização (peso 2).

Tabela 1: Priorização de iniciativas e relação com objetivos estratégicos.

Qtd	Projeto	Responsável	Tema		Eficiência Operacional			Acesso à Justiça	Atuação Institucional	Responsabilidade Socioambiental	Gestão de Pessoas		Infraestrutura e Tecnologia	Orçamento	3	4	3	2	Total
			Objetivos	Prestar serviços de excelência	Aprimorar o processo eleitoral	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	Aprimorar a comunicação interna e externa	Promover ações sociais e ambientais	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais	Motivar e comprometer servidores e magistrados com a execução da	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia	C1	C2	C3	C4	
			161	7	16	25	20	13	21	26	13	6	11	3	Orçamento	Impacto	Urgência	Capacidade realização	
19	Ouvidoria institucional	ASESP	5	2					3						1	3	3	2	2,33
20	Projeto Juventude, Voto e Cidadania	SJU	4					1		3					0	3	3	3	2,25
21	Norma de atos oficiais	Comissão designada	4			1			3						3	2	2	2	2,25
22	Projeto de uso racional de bens permanentes e de consumo	SAD	5				3			2					2	2	3	2	2,25
23	Migração de conteúdo de mídias em formato analógico para meio digital	SAD (COGED)	4			3			1						3	1	3	2	2,17
24	Pesquisa de opinião junto a clientes da Justiça Eleitoral na Internet	CRE, SJU, SCI, STI e zonas eleitorais	5	2					3						3	2	3	0	2,17
25	Projeto Memória	SJU	5						3	2					1	2	3	3	2,17
26	Projeto de identificação biométrica do eleitor	CRE	3		3										1	3	3	1	2,17
27	Programa de manutenção predial	SAD	6				2			1			3		1	3	3	1	2,17
28	Projeto Menor Cidadão	SGP	3							3					2	2	2	3	2,17
29	Projeto Serviço de Mensagem Eletrônica (SMS)	STI	5		2				3						2	2	2	3	2,17
30	Projeto de carregamento de baterias de uma eletrônica à energia solar	STI	4		1		3								2	2	2	3	2,17
31	Adequação da infraestrutura dos cartórios eleitorais do interior	SAD	3										3		1	3	3	1	2,17
32	Projeto Mesário Voluntário	Comissão designada	7		2	2				3					1	3	2	2	2,08
33	Política de Segurança da Informação	Comissão designada	7		3	2							2		2	2	3	1	2,08
34	Projeto de uso racional de recursos naturais	SAD	6				3			3					1	3	2	2	2,08
35	Projeto Eleitor do Futuro	EJE	3							3					2	3	1	2	2,08
36	Projeto voto do preso provisório	CRE	4					3		1					3	1	3	1	2,00

Obs.: a priorização dos projetos foi obtida a partir da ponderação de quatro critérios: disponibilidade de orçamento (peso 3); impacto nos objetivos (peso 4); urgência (peso 3) e capacidade de realização (peso 2).

Fichas de Indicadores 2012-2014

QUADRO RESUMO				
Nº	Objetivo Estratégico	Qtd.	Indicador	Origem*
1	Prestar serviços de excelência	3	1. Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	JE
			2. Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	
			3. Grau de satisfação dos clientes	
2	Aprimorar o processo eleitoral	2	4. Percentual de implementação de planos de ações/projetos resultantes das avaliações das Eleições	JE
			5. Percentual de eleitores com cadastro biométrico	
3	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	2	6. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	JE
			7. Taxa de congestionamento	
4	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais	1	8. Índice de contratos revisados	TRE-BA
5	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	2	9. Índice de acesso à Justiça	JE
			10. Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE-BA	
6	Aprimorar a comunicação interna e externa	4	11. Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna	JE
			12. Índice de matérias institucionais positivas	TRE-BA
			13. Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral na <i>Internet</i>	
			14. Índice de matérias produzidas pela ASCOM/TRE-BA	
7	Promover ações sociais e ambientais	2	15. Número de ações socioambientais	JE
			16. Índice de desempenho ambiental	
8	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais	3	17. Índice de aderência ao PAC	JE
			18. Índice de execução do PAC	
			19. Índice de adequação às competências organizacionais	
9	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia	2	20. Quantidade de ações de valorização e integração realizadas	TRE-BA
			21. Índice de promoção da saúde	
10	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais	2	22. Índice de adequação das instalações físicas	JE
			23. Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI	
11	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia	3	24. Execução orçamentária	JE
			25. Índice de execução do orçamento estratégico	
			26. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	TRE-BA

*JE – Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral 2012 -2014 e TRE-BA – Planejamento Estratégico do TRE-BA 2010-2014

DETALHAMENTO

INDICADOR 1: Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	
Objetivo Estratégico: Prestar serviços de excelência.	
O que mede	O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam resposta.
Para que medir	Avaliar o grau de prontidão da Ouvidoria.
Quem mede	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria.
Quando medir	Trimestralmente.
Onde medir	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria.
Como medir	Total de Contatos que Receberam Resposta (TCRR) dividido pelo Total de Contatos Recebidos (TCR), multiplicado por cem. $(TCRR/TCR) \times 100$ <i>Obs.: devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou excluídos da competência do Órgão.</i>
Situação inicial	Não mensurada.
Meta	Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria.
Tipo	Eficácia.

INDICADOR 2: Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria			
Objetivo Estratégico: Prestar serviços de excelência.			
O que mede	O tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.		
Para que medir	Avaliar o grau de eficiência da Ouvidoria.		
Quem mede	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria.		
Quando medir	Trimestralmente.		
Onde medir	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria.		
Como medir	Somatório das quantidades de dias úteis decorridos entre o recebimento da demanda e o envio da resposta a cada contato (Σ dias) dividido pelo Número de Contatos Respondidos no Período analisado (NCRP). $\Sigma \text{dias} / \text{NCRP}$ <i>Obs.: para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cálculo, por exemplo, as confirmações de recebimento e respostas intermediárias.</i>		
Situação inicial	Não mensurada.		
Meta	Responder aos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio de até 3 dias úteis, até 2014		
Base	2012	2013	2014
Não mensurada	10 dias úteis	6 dias úteis	3 dias úteis
Tipo	Eficiência.		

INDICADOR 3: Grau de satisfação dos clientes				
Objetivo Estratégico: Prestar serviços de excelência.				
O que mede	A satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral baiana nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais e postos descentralizados de atendimento).			
Para que medir	Avaliar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral baiana quanto ao atendimento recebido.			
Quem mede	Corregedoria Regional Eleitoral e Secretarias Judiciária e de Tecnologia da Informação.			
Quando medir	Trimestralmente.			
Onde medir	Unidades que prestam atendimento ao público.			
Como medir	Número de votos auferidos nas categorias “bom” e “ótimo” (VBO), dividido pelo número total de votantes (TV), multiplicado por cem. (VBO/TV)x100 <i>Obs.: serão utilizadas cédulas de votação onde constarão opções “ótimo”, “bom”, “regular” e “ruim”.</i>			
Situação inicial	Categoria eleitor:	2009 – 98,75%.	2010 – 87,02%.	2011 – 94,81%.
	Categoria candidato, partido, parte e advogado:	2009 – 100%.	2010 – 97,77%.	2011 – 97,84%.
	<i>Obs.: a situação inicial aferida refere-se à pesquisa anterior, cujo escopo abrangia um número menor de variáveis e restringia-se a apenas 28 zonas eleitorais do interior e as 20 zonas da capital. A partir de 2013, este universo será ampliado para todas as 205 zonas eleitorais do Estado.</i>			
Meta	Atingir 80% de avaliações com conceito “bom” e “ótimo”, até 2014.			
Base	2012	2013	2014	
-	72%	76%	80%	
Tipo	Efetividade.			

INDICADOR 4: Percentual de implementação de planos de ações/projetos resultantes das avaliações das Eleições.				
Objetivo Estratégico: Aprimorar o processo eleitoral.				
O que mede	A implementação de melhorias no processo eleitoral baiano.			
Para que medir	Garantir que as oportunidades de melhorias observadas nas avaliações de cada eleição sejam efetivamente alcançadas.			
Quem mede	Unidade responsável pelo planejamento/acompanhamento das eleições.			
Quando medir	Bianualmente, em dezembro dos anos não eleitorais.			
Onde medir	Em todas as unidades envolvidas no planejamento de eleições.			
Como medir	Total de planos de ações/projetos implementados (TPAI) dividido pelo total de planos de ações/projetos elaborados a partir da avaliação da eleição anterior (TPAE), multiplicado por cem. (TPAI/TPAE)x100			
Situação inicial	Não mensurada.			

INDICADOR 4: Percentual de implementação de planos de ações/projetos resultantes das avaliações das Eleições.			
Meta	Implementar 100% dos planos de ação/projetos elaborados a partir da avaliação da eleição anterior.		
Base	2012	2013	2014
Não mensurada	100%	-	100%
Tipo	Efetividade.		

INDICADOR 5: Percentual de eleitores com cadastro biométrico			
Objetivo Estratégico: Aprimorar o processo eleitoral.			
O que mede	A relação entre os eleitores com cadastro biométrico e o eleitorado total.		
Para que medir	Melhorar a qualidade dos procedimentos de cadastro e reconhecimento do eleitor de modo a evitar fraudes de identificação.		
Quem mede	Corregedoria Regional Eleitoral.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Sistema de Cadastro Nacional - ELO		
Como medir	Total acumulado de Eleitores com Cadastramento Biométrico (TECB), dividido pelo Total de Eleitores. (TECB/TE)x100		
Situação inicial	2008: 0%.	2010: 0,23%.	2011: sem meta prevista para o período.
Meta	Recadastrar biometricamente aproximadamente 80% do eleitorado dos municípios estabelecidos, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2010: 0,23%	-	Iniciar o recadastramento nos 37 municípios estabelecidos	Concluir municípios iniciados em 2013
Tipo	Eficiência.		

INDICADOR 6: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.	
O que mede	O percentual de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no tempo padrão, considerado o tempo decorrido entre a protocolização do pedido e o empenho da despesa correspondente.
Para que medir	Garantir o tempo razoável de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.
Quem mede	Unidade responsável pelo acompanhamento da tramitação de processos de aquisição de bens e serviços.
Quando medir	Trimestralmente.
Onde medir	SADP, sistema de monitoramento ou similar.

INDICADOR 6: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços			
Como medir	Total de Processos de aquisição de bens e serviços Finalizados no Prazo Padrão (TPFPP) dividido pelo Total de Processos Protocolizados (TPP), multiplicado por cem. $(TPFPP/TPP) \times 100$ <i>Observações:</i> <i>Como prazo padrão, considerar:</i> <i>120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnica ou técnica e preço;</i> <i>105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço;</i> <i>60 dias úteis para demais tomadas de preço;</i> <i>60 dias úteis para convite e pregão; e</i> <i>15 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade.</i> <i>No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos: 20 dias úteis para concorrência e concurso; 15 dias úteis para tomada de preço; 10 dias úteis para convite e pregão; e 05 dias úteis para dispensa e inexigibilidade.</i>		
Situação inicial	2010: 14,97%.	2011: 16,43%.	
Meta	Obter 60% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2011: 16,43%	40%	50%	60%
Tipo	Eficiência.		

INDICADOR 7: Taxa de congestionamento	
Objetivo Estratégico:	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento.
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral baiana em atender à demanda de processos judiciais.
Quem mede	Unidade responsável pela estatística processual.
Quando medir	Semestralmente.
Onde medir	Secretaria Judiciária e cartórios eleitorais (SADP ou outro tipo de controle).

INDICADOR 7: Taxa de congestionamento

Como medir

1º grau:

Total de processos baixados no 1º grau no período base (TBaix_{1º}) dividido pelo total de casos novos (CN_{1º}) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP_{1º}), subtraído de um.

$$TC_{1º} = 1 - (TBaix_{1º} / (CN_{1º} + CP_{1º}))$$

Observações:

Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos;

Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;

Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado;

Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima;

Com relação aos processos de prestação de contas, só devem ser contabilizadas aquelas relativas a partidos (ordinárias) e candidatos eleitos. As prestações de contas de candidatos não eleitos não deverão ser contabilizadas no cômputo de processos ingressados no período base, devendo, contudo, ser computadas no período imediatamente posterior; e

Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar;
- Ação de Impugnação de Mandato Eletivo;
- Ação de Investigação Judicial Eleitoral;

INDICADOR 7: Taxa de congestionamento

Como medir

- *Ação Penal;*
- *Apuração de Eleição;*
- *Embargos à Execução;*
- *Exceção;*
- *Habeas Corpus;*
- *Habeas Data;*
- *Mandado de Segurança;*
- *Petição de natureza judicial;*
- *Prestação de Contas;*
- *Registro de Candidatura; e*
- *Representação.*

2º grau:

Total de processos baixados no 2º grau no período base (Tbaix_{2º}) dividido pelo total de casos novos (CN_{2º}) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP_{2º}), subtraído de um.

$$TC_{2º} = 1 - (Tbaix_{2º} / (CN_{2º} + CP_{2º}))$$

Observações:

Consideram-se baixados:

- *Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;*
- *Processos remetidos para instância superior;*
- *Processos arquivados definitivamente;*
- *Processos suspensos/sobrestados; e*
- *Processos apensados, desde que não continuem tramitando.*

Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos;

Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;

Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deverá ser considerado;

Com relação às prestações de contas, só devem ser contabilizadas aquelas relativas a partidos (ordinárias) e

candidatos eleitos. As prestações de contas de candidatos não eleitos não deverão ser contabilizadas no cômputo

de processos ingressados no período base, devendo, contudo, ser computadas no período imediatamente posterior; e

Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- *Ação cautelar;*

INDICADOR 7: Taxa de congestionamento			
Como medir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Ação de Impugnação de Mandato Eletivo;</i> ▪ <i>Ação de Investigação Judicial Eleitoral;</i> ▪ <i>Ação Penal;</i> ▪ <i>Ação Rescisória;</i> ▪ <i>Apuração de Eleição;</i> ▪ <i>Conflito de Competência;</i> ▪ <i>Embargos à Execução;</i> ▪ <i>Exceção;</i> ▪ <i>Habeas Corpus;</i> ▪ <i>Habeas Data;</i> ▪ <i>Mandado de Injunção;</i> ▪ <i>Mandado de Segurança;</i> ▪ <i>Pedido de Desaforamento;</i> ▪ <i>Petição de natureza judicial;</i> ▪ <i>Prestação de Contas;</i> ▪ <i>Reclamação;</i> ▪ <i>Recurso contra Expedição de Diploma;</i> ▪ <i>Recurso Eleitoral;</i> ▪ <i>Recurso Criminal;</i> ▪ <i>Recurso em Habeas Corpus;</i> ▪ <i>Recurso em Habeas Data;</i> ▪ <i>Recurso em Mandado de Injunção;</i> ▪ <i>Recurso em Mandado de Segurança;</i> ▪ <i>Registro de Candidatura;</i> ▪ <i>Representação;</i> ▪ <i>Revisão Criminal; e</i> ▪ <i>Suspensão de Segurança/Liminar.</i> 		
Situação inicial	2009: 1º grau - 42% e 2º grau - 6%.	2010: 1º grau - 55,72% e 2º grau - 3,59%.	2011: 1º grau - 50% e 2º grau - 24%.
Meta	Alcançar taxa de congestionamento conforme discriminado a seguir.		
Base	2012	2013	2014
1º grau: 2011 – 50%	45%	35%	45%
2º grau: 2011 – 24%	12%	6%	12%
Tipo:	Eficiência.		

INDICADOR 8: Índice de contratos revisados			
Objetivo estratégico: Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.			
O que mede	A aderência ao plano anual de revisão de contratos de natureza continuada.		
Para que medir	Assegurar que os custos previstos nos contratos de natureza continuada vigentes sejam compatíveis com aqueles praticados no mercado.		
Quem mede	Secretaria de Administração.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Coordenadoria de Material e Patrimônio.		
Como medir	Número de contratos de natureza continuada revisados (NCCR), dividido pelo total de contratos com revisão prevista (NCRP) para o período, multiplicado por cem. (NCCR/NCRP)x100		
Situação inicial	Não mensurada.		
Meta	Revisar 10 contratos de prestação continuada, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
	2	4	4
Tipo	Eficácia.		

INDICADOR 9: Índice de acesso à Justiça			
Objetivo Estratégico: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.			
O que mede	O percentual de municípios atendidos pela Justiça Eleitoral baiana (seja por meio de estrutura física, justiça itinerante ou peticionamento eletrônico).		
Para que medir	Avaliar o percentual de municípios atendidos pela Justiça Eleitoral baiana.		
Quem mede	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Corregedoria Regional Eleitoral e Secretarias de Administração e de Tecnologia da Informação.		
Como medir	Quantitativo de municípios atendidos (QMA) (aonde a Justiça Eleitoral baiana chega de alguma forma, seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física), dividido pelo total de municípios (TM), multiplicado por cem. (QMA/TM)x100		
Situação inicial	2010: 47,96%.	2011: 47,96%.	
Meta	Atingir em anos eleitorais 48% de municípios atendidos e em anos não eleitorais 50%.		
Base	2012	2013	2014
2011: 47,96%	48%	50%	48%
Tipo	Efetividade.		

INDICADOR 10: Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE-BA			
Objetivo estratégico: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.			
O que mede	Mede o percentual de conteúdo no sítio eletrônico do TRE-BA adaptado para pessoas com deficiência para garantir o acesso de pessoas com deficiência às informações prestadas pela Justiça Eleitoral.		
Para que medir	Garantir e estimular a plena participação das pessoas com deficiência aos serviços e às informações prestados pela Justiça Eleitoral.		
Quem mede	Unidades responsáveis pela gestão do site ou de seu conteúdo em cada Tribunal.		
Quando medir	Anualmente, em dezembro.		
Onde medir	No sítio eletrônico do TRE-BA.		
Como medir	Quantidade de páginas aderentes aos padrões de acessibilidade (QPA), dividida pelo número de páginas verificadas (QPV) e multiplicada por 100, considerando a capa do site e os 10 serviços mais acessados. (QPA/QPV)x100		
Situação inicial	100%		
Meta	Manter 100% de conteúdo adaptado para pessoas com deficiência no site do TRE-BA, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
100%	100%	100%	100%
Tipo	Efetividade.		

INDICADOR 11: Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna			
Objetivo estratégico: Aprimorar a comunicação interna e externa.			
O que mede	Mede o nível de satisfação dos servidores com a qualidade das informações relativas às suas atividades, políticas e planos do tribunal, bem como com os canais internos de comunicação.		
Para que medir	Aprimorar o fluxo de informações no âmbito da instituição, de forma clara, objetiva e abrangente. Possibilitar, ainda, a implementação de ações de melhoria/corretivas no que tange à comunicação interna e externa no âmbito do Tribunal, contribuindo, assim, em ganhos de qualidade no clima organizacional, na integração intra-setorial, entre as unidades e com a sociedade, gerando um compartilhamento do senso de direção e das prioridades da organização.		
Quem mede	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.		
Quando medir	Anualmente.		
Onde medir	Pesquisa específica por amostragem.		
Como medir	Número de servidores que responderam à pesquisa e manifestaram estar satisfeitos com a comunicação interna (NSS), dividido pelo número de servidores respondentes (NSR), multiplicado por cem. (NSS/NSR)x100		
Situação inicial	Não mensurada.		
Meta	Alcançar 80% de satisfação dos servidores com a comunicação interna do TRE-BA, até 2014.		
Base	2012	2013	2014

INDICADOR 11: Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna			
Não mensurada	-	50%	80%
Tipo	Efetividade.		

INDICADOR 12: Índice de matérias institucionais positivas			
Objetivo estratégico: Aprimorar a comunicação interna e externa.			
O que medir	O percentual de matérias com conotação positiva sobre o TRE-BA veiculadas na mídia.		
Para que medir	Avaliar a percepção da sociedade quanto à imagem institucional.		
Quem mede	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Nos meios de comunicação de notória audiência e/ou auditados pelo Instituto Verificador de Circulação, previamente indicados pelo TRE-BA para monitoramento por empresa de clipagem. <i>Obs.: Serão considerados os seguintes meios de comunicação: cinco redes de televisão aberta; três jornais de grande circulação; cinco rádios de maior audiência; e cinco portais de Internet de notória audiência.</i>		
Como medir	Total de matérias com conotação positiva, sobre a instituição, veiculadas na mídia, dividido pelo total de matérias sobre a instituição veiculadas no mesmo período, multiplicado por cem.		
Situação inicial	2010: 20,77%.	2011: 29,72%.	
	<i>Obs.: a situação inicial aferida refere-se a indicador anterior cuja mensuração tinha por base parâmetros distintos.</i>		
Meta	Obter 35% de matérias institucionais positivas na mídia, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
-	-	30%	35%
Tipo	Efetividade.		

INDICADOR 13: Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral na Internet			
Objetivo estratégico: Aprimorar a comunicação interna e externa.			
O que mede	O percentual de decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral baiana disponibilizadas na íntegra, na <i>Internet</i> .		
Para quem medir	Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo.		
Quem mede	Corregedoria Regional Eleitoral (1º grau) e Secretaria de Administração (2º grau).		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Sistemas de acompanhamento processual e na página do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia na <i>Internet</i> .		
Como medir	Total de Processos com Inteiro Teor de decisões publicadas na íntegra (TPP) na <i>Internet</i> , dividido pelo Total de Processos Julgados do Período (TPJ), multiplicado por cem. (TPP/TPJ)x100		
Situação inicial	2009: 1º grau – 0% e 2º grau – 100%.	2010: 1º grau – sem meta prevista para o período e 2º grau – 100%.	2011: 1º grau – 89,70% e 2º grau – 100%.

INDICADOR 13: Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral na Internet			
Meta	Disponibilizar o conteúdo do inteiro teor de 100% das decisões proferidas no âmbito da 1ª instância até 2014, e manter em 100% no âmbito da 2ª instância.		
Base	2012	2013	2014
1º grau: 2011 – 89,7%	90%	95%	100%
2º grau: 2011 – 100%	100%	100%	100%
Tipo	Eficácia.		

INDICADOR 14: Índice de matérias produzidas pela ASCOM/TRE-BA	
Objetivo estratégico: Aprimorar a comunicação interna e externa.	
O que medir	O quantitativo de material produzido pela Agência de Notícias do TRE-BA.
Para que medir	Avaliar a capacidade produtiva da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.
Quem mede	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Onde medir	No Portal, na <i>Intranet</i> e nas redes sociais oficiais do TRE-BA.
Como medir	Total de peças publicitárias produzidas e veiculadas por categoria (TPPPV), dividido pelo total de peças publicitárias previstas por categoria (TPPP), multiplicado por cem. (TPPPV/TPPP)x100.
Situação inicial	Não mensurado.
Meta	Produzir anualmente, no mínimo: 100 <i>releases</i> para imprensa, 100 matérias para o Portal do TRE-BA, 100 matérias para a intranet e disponibilizar todo o conteúdo produzido nas redes sociais oficiais. Produzir no mínimo 38 informativos para a TV TRE-BA e 2 vídeos institucionais. Produzir no mínimo 8 programas especiais para a TV TRE-BA.
Tipo	Efetividade.

INDICADOR 15: Número de ações socioambientais	
Objetivo estratégico: Promover ações sociais e ambientais.	
O que mede	Mede o número de ações executadas com foco no plano social, cidadania e valores éticos e responsabilidade ambiental para aferir se a organização está inserida dentro de um contexto efetivo de responsabilidade social e ambiental.
Para que medir	Incrementar, no âmbito da Justiça Eleitoral baiana, inclusive por meio de parcerias, projetos e ações voltados para o plano social, cidadania e valores éticos e para a responsabilidade ambiental.
Quem mede	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.
Quando medir	Trimestralmente.
Onde medir	Unidades responsáveis pela gerência dos projetos avaliados.

INDICADOR 15: Número de ações socioambientais			
Como medir	Número de ações executadas com foco no plano social, cidadania e valores éticos e responsabilidade ambiental.		
Situação inicial	2009: 26 ações.	2010: 22 ações.	2011: 24 ações.
Meta	Realizar 14 ações socioambientais em anos eleitorais e 23 em anos não eleitorais, até 2014, sendo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto TRE Perto de Você: 10 eventos em anos não eleitorais e 4 em anos eleitorais; ▪ Projeto Eleitor do Futuro: realizar 1 ação, em 2012; 3 ações, em 2013; e 2 ações, em 2014; ▪ Projeto Juventude, Voto e Cidadania: atender a 3 escolas em anos não eleitorais e 2 em anos eleitorais; ▪ Projeto Memória: realizar 2 ações por ano; e ▪ Projeto Menor Cidadão: ações socioeducativas, sendo 3, em 2012; 5, em 2013, e 4, em 2014. <i>Obs.: para 2012, a meta será diferenciada considerando a revisão do planejamento estratégico no curso do exercício.</i>		
Base	2012	2013	2014
2010: 22 ações.	12	-	14
2011: 24 ações.	-	23	-
Tipo	Efetividade.		

INDICADOR 16: Índice de desempenho ambiental			
Objetivo estratégico: Promover ações sociais e ambientais.			
O que mede	Mede o percentual de alcance das metas estabelecidas na Agenda Ambiental do TRE-BA, anualmente, para verificar se a estratégia traçada está gerando resultados efetivos para a redução do impacto ambiental negativo causado pelas atividades realizadas pela Justiça Eleitoral baiana.		
Para que medir	Verificar a efetiva implementação da Agenda Ambiental do TRE-BA.		
Quem mede	Comissão Ambiental.		
Quando medir	Anualmente (em janeiro).		
Onde medir	De acordo com as unidades estabelecidas na Agenda Ambiental.		
Como medir	Total de metas ambientais atingidas no ano (TMAA) dividido pelo total de metas ambientais previstas para o ano (TMAP), multiplicado por cem. (TMAA/TMAP)x100		
Situação inicial	Não mensurada.		
Meta	Implantar 30% das ações estabelecidas na Agenda Ambiental do TRE-BA, até 2014. <i>Obs.: Agenda Ambiental do TRE-BA a ser elaborada em 2013.</i>		
Base	2012	2013	2014
Não mensurada	Sem meta para o período	Sem meta para o período	Implantar 30% das ações estabelecidas na agenda.
Tipo	Eficácia.		

INDICADOR 17: Índice de aderência ao PAC	
Objetivo Estratégico: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.	
O que mede	A aderência ao Plano Anual de Capacitação – PAC do TRE-BA.
Para que medir	Avaliar o grau de priorização do PAC.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.
Quando medir	Anualmente, em Janeiro.
Onde medir	Módulo capacitação do SGRH e PAC.
Como medir	Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamento Promovidos pelo Tribunal (TPT), multiplicado por cem. (TTPR/TPT)x100
Situação inicial	Não mensurada.
Meta	Alcançar anualmente, 80% de aderência ao PAC.
Tipo	Eficácia.

INDICADOR 18: Índice de execução do PAC	
Objetivo Estratégico: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.	
O que mede	O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação - PAC efetivamente realizados.
Para que medir	Avaliar a execução do plano de capacitação do TRE-BA.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Onde medir	Módulo capacitação do SGRH e PAC.
Como medir	Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Previstos no PAC (TTPP), multiplicado por cem. (TTPR/TTPP)x100
Situação inicial	Não mensurada.
Meta	Realizar, anualmente, 80% dos cursos previstos no PAC.
Tipo	Eficiência.

INDICADOR 19: Índice de adequação às competências organizacionais	
Objetivo Estratégico: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.	
O que mede	A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.
Para que medir	Avaliar a necessidade de desenvolver a capacitação dos servidores nas competências organizacionais necessárias.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.
Quando medir	Anualmente, em janeiro.

INDICADOR 19: Índice de adequação às competências organizacionais			
Onde medir	Em todas as unidades do TRE-BA.		
Como medir	Total de Competências Necessárias Apresentadas pelos servidores (TCNAS) dividido pelo Total de Competências Necessárias (TCN), multiplicado por cem. (TCNAS/TCN)x100 <i>Observações:</i> 1) <i>Considerando que as competências organizacionais são diferentes em cada assessoria, secretaria, coordenadoria ou seção que compõe os tribunais eleitorais, deve-se efetuar o cálculo em cada uma das áreas e fazer a média aritmética a fim de calcular o índice do Tribunal; e</i> 2) <i>Caso o processo de mapeamento das competências organizacionais ainda não esteja completo, os tribunais deverão utilizar o campo observações para informar quais áreas foram consideradas para a composição do cálculo.</i>		
Situação inicial	Não mensurada.		
Meta	Aumentar para X% o índice de adequação às competências organizacionais necessárias, até 2014. <i>Obs.: mensuração não será obrigatória até que sejam ultimados os trabalhos do GT de mapeamento das competências organizacionais.</i>		
Base	2012	2013	2014
Não mensurada	Sem meta para o período	-	-
Tipo	Efetividade.		

INDICADOR 20: Quantidade de ações de valorização e integração realizadas			
Objetivo estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.			
O que mede	A quantidade de ações realizadas visando a propiciar integração e valorização entre os magistrados e servidores.		
Para que medir	Propiciar a integração e motivação dos magistrados e servidores do TRE-BA.		
Quem mede	Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Judiciária Eleitoral.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Judiciária Eleitoral.		
Como medir	Total de ações de integração e valorização realizadas.		
Situação inicial	2009: 5 ações.	2010: 3 ações.	2011: 9 ações.
Meta	Realizar 5 ações em anos eleitorais e 7 em anos não eleitorais		
Base	2012	2013	2014
2009: 9 ações.	5	7	5
Tipo	Eficácia.		

INDICADOR 21: Índice de promoção da saúde			
Objetivo estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.			
O que mede	O percentual de servidores que realizaram exames médicos periódicos no ano.		
Para que medir	Minimizar a ocorrência de doenças que possam ser tratadas preventivamente.		
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Coordenadoria de Desenvolvimento e Assistência à Saúde.		
Como medir	Quantitativo de servidores que realizaram exame médico periódico preventivo, dividido pelo total de servidores elegíveis, conforme regulamento específico, multiplicado por cem.		
Situação inicial	2009: 31,58%.	2010: 28,27%.	2011: 33,14%.
Meta	Aumentar para 45% o índice de promoção da saúde, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2011: 33,14%.	35%	40%	45%
Tipo	Eficiência.		

INDICADOR 22: Índice de adequação das instalações físicas	
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.	
O que mede	A qualidade dos imóveis pertencentes ou ocupados pela Justiça Eleitoral.
Para que medir	Priorizar investimentos em obras/reformas e/ou locações que propiciem a melhoria das condições de trabalho.
Quem mede	Secretaria de Administração.
Quando medir	Trimestralmente.
Onde medir	Em todo os imóveis pertencentes e/ou ocupados pela Justiça Eleitoral baiana.

INDICADOR 22: Índice de adequação das instalações físicas

Como medir	A partir da lista de assertivas a seguir, para cada resposta afirmativa deve-se atribuir a pontuação 1 (um) e para cada resposta negativa deve-se atribuir a pontuação 0 (zero), calculando-se ao final um percentual de respostas afirmativas em relação ao total de assertivas avaliadas: <ol style="list-style-type: none">1. A área do imóvel é suficiente para o desenvolvimento das atividades cartoriais;2. O imóvel possui ao menos 1(um) sanitário, com vaso e lavatório, em perfeito funcionamento;3. O imóvel possui como piso uma das opções: cerâmicas; placas vinílicas ou melaminícas (fórmica); cimento liso; mármore, granitos, granilites ou similares;4. A cobertura do imóvel atende a uma das opções: em laje de concreto, com cobertura; em telha cerâmica ou fibrocimento, com forro;5. O imóvel possui reservatório de água potável coberto;6. As instalações elétricas do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório;7. As instalações de rede (lógica) e telefonia do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório;8. As esquadrias (portas e janelas) do imóvel são resistentes, vedadas à passagem de águas pluviais e conferem segurança ao cartório;9. O imóvel possui iluminação e ventilação/condicionamento de ar suficientes;10. O imóvel é acessível para pessoas com mobilidade reduzida;11. O imóvel localiza-se em via de fácil acesso ao público;12. O imóvel está devidamente limpo, livre de mofo, insetos ou quaisquer outros animais;13. O imóvel está com pintura adequada e em bom estado;14. O imóvel está livre de infiltrações; e15. O mobiliário do imóvel é adequado para o desenvolvimento das atividades cartoriais.		
	Critérios para classificação: <i>Percentual ≥ 80: Ótimo;</i> <i>Percentual ≥ 60 e < 80: Bom;</i> <i>Percentual ≥ 40 e < 60: Regular;</i> <i>Percentual ≥ 20 e < 40: Ruim; e</i> <i>Percentual < 20: Péssimo.</i>		
Situação inicial	2009: 60%.	2010: 77,20%.	2011: 76,34%.
Meta	Alcançar 80% de adequação das instalações físicas do TRE-BA, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2011: 76,34%.	72%	76%	80%
Tipo	Eficácia.		

INDICADOR 23: Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI			
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.			
O que mede	O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TI, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.		
Para que medir	Minimizar as interrupções e promover melhorias contínuas do desempenho e da capacidade de TI por meio de monitoramento e medição.		
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação.		
Quando medir	Trimestralmente.		
Onde medir	Na Secretaria do TRE-BA e cartórios eleitorais.		
Como medir	Tempo de Disponibilidade do conjunto de Sistemas definidos como Essenciais (TDSE) dividido pelo Tempo Total do Período (TTP), multiplicado por cem. (TTD/TTP)x100 <i>Observações:</i> 1) <i>devem ser considerados essenciais, a serem medidos pelos TREs, os sistemas: SADP/SADPWEB; e</i> 2) <i>a medição da disponibilidade dos demais sistemas essenciais ficará a cargo do TSE.</i>		
Situação inicial	2009: não mensurada.	2010: 98,16%.	2011: 98,69%.
Meta	Assegurar 99% de disponibilidade de sistemas de TI, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2011: 98,69%.	85%	90%	93%
Tipo	Eficácia.		

INDICADOR 24: Execução Orçamentária			
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.			
O que mede	A relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado.		
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral baiana para executar os recursos programados.		
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	Sistema de Administração Financeira – SIAFI; SIAFI Gerencial; e SIGA Brasil.		
Como medir	Orçamento Executado (OE) dividido pelo Orçamento Disponibilizado (OD), multiplicado por cem. (OE/OD)x100. <i>Observações:</i> 1) <i>Considera-se orçamento executado o total empenhado no exercício; e</i> 2) <i>Excluem-se do cálculo as seguintes despesas: Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, Despesas custeadas pela Fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente e pleitos eleitorais.</i>		
Situação inicial	2009: 98,43%	2010: 98,24%	2011: 98,60%

INDICADOR 24: Execução Orçamentária			
Meta	Executar, anualmente, no mínimo, 98,60% dos recursos disponibilizados, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2011: 98,60%	98,60%	98,60%	98,60%
Tipo	Eficiência.		

INDICADOR 25: Índice de execução do orçamento estratégico			
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.			
O que mede	O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.		
Para que medir	Avaliar a relação entre o orçamento executado nas iniciativas estratégicas e o orçamento estratégico disponibilizado.		
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		
Onde medir	LOA, Créditos Orçamentários, Planejamento Estratégico, Sistema de Administração Financeira – SIAFI e SIAFI Gerencial.		
Como medir	Valor executado nas iniciativas estratégicas (VEIE) dividido pelo valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VDE), multiplicado por 100. $(VEIE/VDE) \times 100$ <i>Observações:</i> 1) O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA, inclusive os créditos adicionais e contingenciamento; 2) Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no plano estratégico do Tribunal, as quais serão identificadas como tal no Sistema Orçamentário.		
Situação inicial	2011: 97,04%.		
Meta	Executar, anualmente, no mínimo, 98% do valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2011: 97,04%	98%	98%	98%
Tipo	Eficiência.		

INDICADOR 26: Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário			
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.			
O que mede	O percentual de despesas executadas em conformidade com o planejamento orçamentário.		
Para que medir	Avaliar o grau de aderência da execução do orçamento ao planejamento orçamentário do TRE-BA.		
Quem mede	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.		
Quando medir	Anualmente, em janeiro.		

INDICADOR 26: Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário			
Onde medir	Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária - SIGEPRO, Sistema de Administração Financeira – SIAFI e SIAFI Gerencial.		
Como medir	<p><i>Fórmula=SE(D12>=E12*2;0;SE(D12<=E12;(1-(E12-D12)/E12)*100;SE(D12>E12;(1-(D12-E12)/E12)*100)))</i></p> <p>Onde: D = Valor empenhado por plano interno. E = Valor planejado pela Unidade Orçamentária no Sistema SIGEPRO por plano interno.</p> <p><i>Observações:</i></p> <p>1) <i>A aderência é medida por Plano Interno e a execução planejada da Ação Orçamentária é a consolidação das aderências por Plano Interno;</i></p> <p>2) <i>A aderência das despesas é o valor empenhado dividido pelo valor alocado no Sistema SIGEPRO por plano interno, multiplicado por 100.</i></p> <p>3) <i>Parâmetros adotados para cálculo da aderência:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Se Planejado = 0; Aderência = 0;</i> - <i>Se Executado = 0; Aderência = 0;</i> - <i>Se Planejado > Empenhado; Aderência = Empenhado/Planejado;</i> - <i>Se Planejado < Empenhado < 2x Planejado; Aderência = 1 - ((Empenhado-Planejado)/Planejado);</i> - <i>Se Empenhado >= 2x Planejado; Aderência = 0;</i> - <i>Se Empenhado = Planejado; Aderência = 100%.</i> <p>4) <i>Excluem-se do cálculo as seguintes despesas: Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, Despesas custeadas pela Fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente e Pleitos Eleitorais.</i></p>		
Situação inicial	<p>2011: 76,6%.</p> <p><i>Obs.: O percentual aferido em 2011 decorre do montante destinado à construção de imóveis, especificamente o elevado valor recebido na LOA de 2011 para a construção do Anexo ao Edifício-Sede do TRE-BA, que consiste numa ação orçamentária de caráter plurianual e considerada uma obra de grande vulto, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011.</i></p>		
Meta	Atingir 80% de aderência da execução ao planejamento orçamentário do TRE-BA, até 2014.		
Base	2012	2013	2014
2011: 76,6%	65%	75%	80%
Tipo	Eficácia.		

Fichas de Projetos

1. PROJETO TRE PERTO DE VOCÊ

Escopo ou finalidade:

Aproximar a Justiça Eleitoral da comunidade, propiciando-lhe a regularização da sua situação eleitoral sem a necessidade de deslocamento com realização de despesas, com o intuito de facilitar a participação do cidadão nas eleições, além de fomentar a conscientização do eleitor quanto à importância do voto e despertar a comunidade para a importância da cidadania, bem como para o exercício dos direitos dela decorrentes.

Alinhamento estratégico:

Objetivo: Prestar serviços de excelência.

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Corregedoria Regional Eleitoral, Secretarias de Gestão de Pessoas, de Tecnologia da Informação e de Administração, cartórios eleitorais e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.

Justificativa:

A realização do Projeto TRE Perto de Você revela-se sobremaneira importante para a aproximação desta Justiça Especializada da comunidade, em especial da mais carente, e no processo de conscientização da população acerca do exercício da cidadania. Contribui, ainda, para minimizar as filas de espera na Central de Atendimento ao Público e demais postos de atendimento descentralizados nos dias que antecedem o fechamento do cadastro eleitoral.

2. PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

Escopo ou finalidade:

Assegurar condições adequadas de trabalho, desenvolver e manter a saúde e o bem-estar biopsicossocial do servidor e de seus dependentes, buscando promover a melhoria da qualidade de vida no Órgão.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Clientes:

Secretaria de Gestão de Pessoas.

Justificativa:

A adoção de ações preventivas de qualidade de vida no trabalho será fator determinante da motivação e disposição para o trabalho, do alívio do estresse diário e de uma maior integração entre os servidores. Também contribuirá para a melhoria do clima organizacional, a conscientização sobre a necessidade de adoção de novos hábitos, sobretudo daqueles atinentes à cultura organizacional.

3. PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES

Escopo ou finalidade:

Definir, de forma integrada com todas as áreas envolvidas, as ações necessárias à organização e realização das Eleições no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral.

Clientes:

Toda a Secretaria do Tribunal e Zonas Eleitorais.

Justificativa:

O planejamento cuidadoso e conjunto das atividades atinentes a cada processo eleitoral por meio da definição de cronograma de ações para possibilitar o cumprimento e acompanhamento das atividades relacionadas ao pleito, sobretudo daquelas com prazo previsto em lei, do levantamento das contratações específicas para as Eleições e da documentação dos processos e procedimentos realizados, visando ao aperfeiçoamento de pleitos futuros, revela-se de fundamental importância para o sucesso das Eleições.

4. FÓRUM DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Escopo ou finalidade:

Elaborar o Plano Anual de Diretrizes e Metas Orçamentárias do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia a partir do envolvimento de todas as unidades gestoras, promovendo a integração do orçamento ao planejamento estratégico do órgão.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Tema: Orçamento.

Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.

Clientes:

Secretarias de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de Administração, Judiciária, de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas e Corregedora Regional Eleitoral, bem como as demais unidades do Tribunal.

Justificativa:

A realização anual de fóruns de planejamento orçamentário visa a fomentar a integração entre as unidades, possibilitando a racionalização e otimização dos recursos públicos e garantindo a melhor alocação das dotações disponibilizadas, de modo que sejam atendidas as metas prioritárias estabelecidas no planejamento estratégico do órgão.

Nesse sentido, a definição de metas e diretrizes orçamentárias, produto da realização do referido fórum, é condição indispensável para a elaboração de um planejamento orçamentário que reflita as reais necessidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e propicie uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos públicos.

5. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Escopo ou finalidade:

Desenvolver e aprimorar as competências estratégicas e individuais dos servidores por meio de cursos presenciais, a distância e projetos variados com o intuito de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores, no que diz respeito a suas atribuições e a seus talentos pessoais, observada a dotação orçamentária e os regulamentos internos que disciplinam a matéria.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.

Clientes:

Secretaria de Gestão de Pessoas.

Justificativa:

O aprimoramento da gestão de pessoas, especialmente no que se refere à capacitação, por meio da sua vinculação a um programa de gestão por competências contribuirá para a otimização da utilização dos recursos disponíveis, de forma a priorizar o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, refletindo na melhoria da qualidade dos serviços prestados por este Regional.

6. GESTÃO DOCUMENTAL NA 1ª INSTÂNCIA

Escopo ou finalidade:

Estender política de gestão documental existente na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia às zonas eleitorais do interior do Estado, por meio de consolidação dos instrumentos arquivísticos já implantados - código de classificação e tabela de temporalidade de documentos - e da efetivação da mudança de suporte de documentos que contém dados importantes para a comprovação de direitos individuais e coletivos e para o registro da memória coletiva.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Clientes:

Secretaria de Administração e cartórios eleitorais do interior do Estado.

Justificativa:

A implantação de gestão documental nos cartórios eleitorais do interior do Estado contribuirá, objetivamente, para agilizar o acesso aos arquivos e às informações; racionalizar áreas de arquivamento de documentos; preservar a memória da Justiça Eleitoral; e assegurar os direitos dos cidadãos.

7. MAPEAMENTO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Escopo ou finalidade:

Mapear os processos de trabalho inerentes a cada unidade do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em especial aqueles sob a responsabilidade de unidades diversas, a fim de verificar a efetiva necessidade de sua execução ou inter-relacionamento, no intuito de identificar os entraves e simplificar fluxos e rotinas, tornando mais célere e impessoal a sua realização.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; e
Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Clientes:

Secretaria de Gestão de Pessoas (treinamento) e todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (mapeamento dos processos).

Justificativa:

O mapeamento de processos irá possibilitar a identificação de obstáculos e trâmites desnecessários, adequando fluxos e rotinas de forma a racionalizar tempo, trabalho e custos envolvidos.

8. NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Escopo ou finalidade:

Ampliar as oportunidades de desenvolvimento e capacitação oferecidas pelo TRE aos servidores, através da metodologia de EAD que atende peculiaridades individuais a baixo custo, uma vez que não demanda deslocamento dos servidores e pode ser oferecido em momentos diversos para grupos de servidores. Em virtude da necessidade de tutores de acompanhamento e conteúdo, além dos profissionais que elaboram o treinamento, as turmas oferecidas têm quantitativo limitado de participantes.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivos: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; e
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Clientes:

Secretarias de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação.

Justificativa:

A institucionalização do Núcleo de Educação a Distância do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia com conseqüente aporte adicional de recursos e pessoas envolvidas será determinante para a capacitação dos servidores lotados nos cartórios eleitorais do interior do Estado, frente à limitação orçamentária para realização de treinamentos presenciais existente.

9. PROJETO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA

Escopo ou finalidade:

Implantar a gestão por competência no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais por meio do mapeamento das competências necessárias e requeridas para cada cargo e unidade, da identificação de lacunas e da promoção de um plano de desenvolvimento de competências que alinhe o perfil do servidor às necessidades inerentes ao cargo e à unidade de lotação.

Alinhamento estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivos: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; e

Motivar comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Clientes:

Secretaria de Gestão de Pessoas em parceria com as demais unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Justificativa:

A implantação da gestão por competência, tendência nos órgãos públicos conforme Decreto Presidencial nº. 5.707/2006, contribuirá para a construção de um diferencial qualitativo para a organização e possibilitará uma profissionalização e objetivação da gestão de pessoas. Auxiliará, ainda, na estruturação de uma visão mais realista do potencial de cada servidor, melhorando o desempenho das equipes e a qualidade das relações, bem como na adequação do quadro funcional às necessidades institucionais.

10. PROCESSO ELETRÔNICO

Escopo ou finalidade:

Possibilitar o processamento de ações judiciais e a prática dos atos processuais por meio de sistema eletrônico interligado à rede mundial de computadores e acessado por meio de redes internas e externas ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; e
Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Clientes:

Secretarias Judiciária e de Tecnologia da Informação, Corregedoria Regional Eleitoral, Gabinetes dos Juízes, Procuradoria Regional Eleitoral, cartórios eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral.

Justificativa:

A virtualização do processo judicial contribuirá para agregar maior celeridade à tramitação dos feitos e maior segurança ao acesso às informações dos processos, permitindo, ainda, apoio moderno e mais dinâmico à realização dos atos processuais, bem como, garantia de integridade, confidencialidade, autenticidade e perenidade dos documentos.

A implantação do processo eletrônico permitirá a redução de custos com a eliminação das atividades que atualmente são necessárias à manutenção do processo físico, tais como: montagem, limpeza, armazenamento, deslocamento físico e transporte. Desta forma, a racionalização dos procedimentos, assegurará economia com papel, suprimentos e recursos humanos.

11. RESULTADOS DE ELEIÇÕES OCORRIDAS ENTRE 1945 E 1998 TRANSFERIDOS PARA MEIO DIGITAL

Escopo ou finalidade:

Digitalizar e indexar, por meio de mão de obra contratada, documentos que contêm dados eleitorais relativos ao período compreendido entre 1945 e 1998, de modo a formar banco de imagens e disponibilizar sistema de indexação/pesquisa dos documentos submetidos à mudança de suporte.

O serviço se constituirá em 03 (três) etapas, quais sejam: realização de diagnóstico com elaboração de projeto; desenvolvimento e implantação de sistema de informática para digitalização, indexação e pesquisa das informações relativas às eleições de 1945 a 1998; e digitalização e indexação dos documentos relativos às eleições.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Atuação institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Secretarias de Administração, Judiciária e de Tecnologia da Informação.

Justificativa:

A transferência para meio digital de resultados de eleições anteriores a 1998, atualmente em suporte papel, contribuirá para agilizar o acesso às informações de documentos que integrarão o banco de imagens, e possibilitará, ainda, que sejam realizadas cópias de segurança, garantindo, em caso de sinistro, que documentos e dados sumamente importantes sejam preservados.

12. PLANO DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Escopo ou finalidade:

Aprimorar o fluxo de informações entre as diversas áreas do Tribunal, de modo a assegurar a integração e o melhor funcionamento das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal, bem como promover a ampla divulgação de informações atinentes ao papel, ações e iniciativas institucionais para o público externo.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Atuação institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Todas as unidades administrativas e judiciárias do TRE-BA.

Justificativa:

A implementação de plano de comunicação propiciará, no âmbito interno, aperfeiçoamento do fluxo de informações, maior interação entre as unidades do Tribunal, e, conseqüentemente, celeridade nos trâmites judiciais e administrativos. No âmbito externo, assegurará publicidade e transparência à atuação institucional.

13. DISPONIBILIZAÇÃO DE RESULTADOS DE JULGAMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA *INTERNET*

Escopo ou finalidade:

Disponibilização, no sítio do TRE-BA, na *Internet*, de informações relativas ao resultado do julgamento das contas de campanhas eleitorais dos candidatos e comitês financeiros.

Alinhamento estratégico:

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Secretarias de Controle Interno, Judiciária e de Tecnologia da Informação, bem como cartórios eleitorais e Comitê Gestor da *Internet*.

Justificativa:

A divulgação, na *Internet*, das informações relativas ao resultado do julgamento das contas de campanhas eleitorais facilitará o acesso à informação do público diretamente interessado (candidatos e partidos políticos), bem como contribuirá para o fortalecimento da democracia, permitindo aos cidadãos o conhecimento do resultado do julgamento das contas sem a necessidade de deslocamento ao Tribunal para acesso aos processos.

14. MONITORAMENTO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Escopo ou finalidade:

Monitorar a tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; e
Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Clientes:

Secretarias de Controle Interno e de Tecnologia da Informação.

Justificativa:

A utilização de ferramenta informatizada para acompanhar os processos de aquisição de bens e serviços no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia possibilitará o acompanhamento de expedientes em tempo real, bem como a automação de diligências e a expedição de relatórios gerenciais, de forma a possibilitar a utilização plena de procedimento de monitoramento de processos como mecanismo gerencial de intervenção e melhoria de procedimentos.

15. TREINAMENTO DE MESÁRIO A DISTÂNCIA

Escopo ou finalidade:

Oferecer alternativa de capacitação via *Internet* para os mesários com o intuito de facilitar o acesso e evitar deslocamento dos mesários ao Tribunal.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Aprimorar o processo eleitoral; e

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Clientes:

Secretaria de Tecnologia da Informação e cartórios eleitorais da capital.

Justificativa:

A implantação do treinamento de mesário a distância como alternativa ao modelo presencial de capacitação, atualmente adotado, propiciará a redução do índice de abstenção - em média de 35% - motivado, em regra, pelas limitações financeiras, que dificultam o deslocamento do mesário até o Tribunal, e pela indisponibilidade de tempo durante o expediente comercial. Reduzirá, ainda, o retrabalho dos cartórios eleitorais com emissão de convocação para novo treinamento ou com a substituição do mesário que não compareceu em data e horário previamente agendados.

Atenderá, também, a solicitações de mesários, formuladas em pleitos anteriores, considerando tornar possível a disponibilidade do conteúdo do treinamento para consulta, mesmo depois de realizado o treinamento, podendo o mesário revisar as informações até a véspera das eleições, quantas vezes quiser, sem que se faça necessário o seu deslocamento e o conseqüente gasto com transporte.

16. AGENDA AMBIENTAL

Escopo ou finalidade:

Estabelecer, de forma participativa, diretrizes relacionadas à sustentabilidade ambiental, de modo a assegurar a redução dos efeitos danosos ao meio ambiente decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em suas diversas unidades administrativas e judiciárias.

Alinhamento estratégico:

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.

Clientes:

Comissão Ambiental, demais unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais.

Justificativa:

A conscientização acerca da necessidade de redução do impacto ambiental negativo decorrente das atividades regulares do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia contribuirá para a incorporação de hábitos e práticas sustentáveis ao cotidiano do Órgão, resultando na melhoria de sua relação com o meio ambiente.

17. CÓDIGO DE ÉTICA

Escopo ou finalidade:

Elaborar Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia com vistas a orientar, de forma complementar à Lei nº 8.112/90, as ações de magistrados, servidores - efetivos, requisitados e terceirizados - e estagiários, explicitando modelos de conduta condizentes com os princípios norteadores da atuação da Administração Pública.

Alinhamento estratégico:

Objetivo: Prestar serviços de excelência.

Tema: Gestão de Pessoas.

Objetivos: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; e
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Clientes:

Presidência, Diretoria-Geral, Assessoria Jurídica e Comissão a ser designada.

Justificativa:

A formalização de Código de Ética enfatizará a necessidade de observação dos princípios norteadores do comportamento dos agentes públicos, sejam eles

magistrados ou servidores, no atendimento à sociedade e na administração de bens e valores públicos.

18. PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA

Escopo ou finalidade:

Assegurar a manutenção de 70% do parque de informática, no que tange a microcomputadores, com idade inferior a 3 anos.

Alinhamento estratégico:

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Clientes:

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais.

Justificativa:

Após 3 (três) anos de uso, a incidência de defeitos nas máquinas tende a aumentar, podendo gerar indisponibilidade dos equipamentos. Dessa maneira, a aquisição de microcomputadores com prazo de garantia de 3 anos tende a assegurar que 70% do parque mantenha-se com idade inferior àquele prazo, possibilitando a continuidade dos serviços e a otimização do trabalho da seção de manutenção de equipamentos.

19. OUVIDORIA INSTITUCIONAL

Escopo ou finalidade:

Implantar Ouvidoria no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Alinhamento estratégico:

Objetivo: Prestar serviços de excelência.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, demais unidades da Secretaria do Tribunal e cartórios eleitorais.

Justificativa:

A implantação de um canal de comunicação entre o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a sociedade, destinado ao recebimento de reclamações, denúncias, dúvidas, sugestões e elogios, relacionados a trâmites administrativos e procedimentos judiciais, possibilitará o aprimoramento de ações voltadas à melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como de uma gestão participativa, proporcionando o fortalecimento da cidadania.

20. PROJETO JUVENTUDE, VOTO E CIDADANIA

Escopo ou finalidade:

Divulgar o trabalho da Justiça Eleitoral junto aos jovens estudantes, na faixa etária dos 14 aos 18 anos, orientar sobre seus direitos e deveres, enfatizar a importância do voto no fortalecimento da democracia e sedimentar conceitos como cidadania, justiça e responsabilidade social.

Alinhamento estratégico:

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Secretarias Judiciária e de Tecnologia da Informação, Assessorias de Imprensa e Comunicação Social e de Cerimonial.

Justificativa:

Conscientização de jovens estudantes, na faixa etária de 14 aos 18 anos, os quais serão multiplicadores dos conceitos de cidadania, justiça e responsabilidade social. Além disso, uma das ações realizadas diz respeito a facilitação ao alistamento eleitoral dos estudantes aptos e interessados.

21. NORMA DE ATOS OFICIAIS

Escopo ou finalidade:

Elaborar norma destinada a regulamentar o padrão de apresentação dos documentos oficiais, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Presidência, Diretoria-Geral, Assessoria Jurídica e Comissão a ser designada.

Justificativa:

A regulamentação de padrão de documentos oficiais contribuirá para a uniformização da apresentação das comunicações institucionais, refletindo na agilidade dos trâmites internos e na diminuição dos custos operacionais decorrentes de retrabalho em virtude de eventual falha de comunicação.

22. PROJETO DE USO RACIONAL DE BENS PERMANENTES E DE CONSUMO

Escopo ou finalidade:

Estabelecer normas relacionadas ao uso racional de bens permanentes e de consumo no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, envolvendo suas unidades administrativas e judiciárias situadas na capital e no interior do Estado, de modo a promover a utilização consciente de equipamentos, mobiliário e material de expediente.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Presidência, Diretoria-Geral, Secretaria de Administração e Comissão Ambiental.

Justificativa:

A racionalização do uso de bens permanentes e de consumo (equipamentos, mobiliário e material de expediente), de forma a evitar o seu desperdício e uso

indevido, promoverá a redução dos custos operacionais do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, propiciando, assim, a alocação eficaz dos recursos orçamentários.

23. MIGRAÇÃO DE CONTEÚDO DE MÍDIAS EM FORMATO ANALÓGICO PARA MEIO DIGITAL

Escopo ou finalidade:

Preservar a memória do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia por meio da transferência e indexação das informações audiovisuais existentes em mídias analógicas para mídias de maior durabilidade (CD e DVD), de modo a facilitar o acesso às informações.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Cientes:

Secretarias de Administração e Judiciária.

Justificativa:

O serviço possibilitará a preservação de informações relevantes, inclusive conteúdo de sessões do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, atualmente em suporte obsoleto, de difícil aquisição no mercado e sujeito à deterioração por ação de mofo, ácaro e outros microorganismos. A transferência das referidas informações para mídia digital e sua indexação a banco de dados concorrerá, substancialmente, para agilizar o acesso ao seu conteúdo.

24. PESQUISA DE OPINIÃO JUNTO A CLIENTES DA JUSTIÇA ELEITORAL NA INTERNET

Escopo ou finalidade:

Conhecer a opinião de eleitores, advogados, candidatos e partidos políticos acerca da disponibilidade, facilidade de acesso e qualidade do conteúdo exibido no sítio eletrônico do TRE-BA, na Internet, com vistas a avaliar e aprimorar a comunicação com o público externo.

Alinhamento estratégico:

Objetivo: Prestar serviços de excelência.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Cientes:

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social e Secretaria de Tecnologia da Informação.

Justificativa:

A pesquisa de opinião junto ao público, assinalando os pontos fracos e fortes, auxiliará no aperfeiçoamento da disponibilidade, disposição e qualidade do material exibido no sítio eletrônico do TRE-BA, na Internet, gerando maior satisfação aos usuários que buscam, nesse meio, informações acerca desta Justiça Especializada.

25. PROJETO MEMÓRIA

Escopo ou finalidade:

Resgatar a história do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia por meio de ações que levem ao conhecimento do público a contribuição da Justiça Eleitoral na consolidação da democracia.

Alinhamento estratégico:

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Tema: Responsabilidade socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Cientes:

Secretaria Judiciária e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.

Justificativa:

O projeto concorre para a divulgação e a conseqüente sensibilização da sociedade sobre a importância da preservação da história da Justiça Eleitoral como parte da história de cada cidadão.

26. PROJETO DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR

Escopo ou finalidade:

Tornar o cadastro de eleitores mais seguro por meio da coleta de informações biométricas, fotografia e assinatura digitalizada dos eleitores dos eleitores para aumentar a segurança do processo eleitoral, evitando fraudes na identificação de eleitores.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral.

Clientes:

Corregedoria Regional Eleitoral, Diretoria-Geral, Secretarias de Administração, de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação e cartórios eleitorais envolvidos.

Justificativa:

A identificação biométrica do eleitor - coleta de impressões digitais e registro fotográfico por meio de “*Kit Bio*” disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral -, concorrerá para o aperfeiçoamento da segurança do processo eleitoral, sobretudo no que tange à identificação do eleitor no momento do voto, de modo a minimizar eventual risco, ainda que pequeno, de fraude.

Nesse sentido, considerando a previsão de expansão, nos próximos anos, do projeto de recadastramento biométrico do eleitorado do Estado, torna-se necessário traçar e registrar o conjunto coordenado de ações que visem a garantir a eficaz execução do referido projeto.

27. PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Escopo ou finalidade:

Ampliar para todo o Estado a rede coberta pela manutenção predial do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, vez que, com o recente crescimento do Regional, aumenta a cada ano a demanda deste tipo de serviço oriunda, principalmente, dos cartórios eleitorais situados no interior.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.
Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.
Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Clientes:

Secretaria de Administração.

Justificativa:

A ampliação do contrato de manutenção predial preventiva e corretiva de modo a incluir os cartórios eleitorais do interior do Estado, contribuirá para a garantia da continuidade dos serviços prestados, bem como para o bom funcionamento e a segurança dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral baiana.

28. PROJETO MENOR CIDADÃO

Escopo ou finalidade:

Possibilitar a jovens estudantes de escola pública e portadores de necessidades educativas especiais a participação em programa anual de estágio remunerado e supervisionado, cujo objetivo principal é proporcionar aos menores as condições para o pleno exercício da cidadania a partir da sua capacitação profissional e pessoal.

Alinhamento estratégico:

Tema: Responsabilidade Socioambiental.
Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Secretarias do Tribunal e cartórios eleitorais da capital.

Justificativa:

As organizações modernas tendem a integrar as suas ações específicas projetos de responsabilidade social, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Responsabilidade social significa promoção da cidadania e do desenvolvimento social, aliando as necessidades da organização às da sociedade onde está inserida. O TRE_BA busca ampliar suas ações no sentido de atuar de forma mais direta na sociedade, disponibilizando sua estrutura e potencial para possibilitar o acesso de

pessoas menos favorecidas econômica e socialmente aos direitos básicos de qualquer ser humano.

O Projeto Menor Cidadão vai ao encontro dessa tendência na medida em que possibilita a jovens estudantes de escolas públicas uma oportunidade de estágio remunerado com acompanhamento educacional, buscando oferecer aos mesmos as condições para o pleno exercício da cidadania, a partir da sua capacitação profissional e pessoal.

29. PROJETO SERVIÇO DE MENSAGEM ELETRÔNICA - SMS

Escopo ou finalidade:

Implantar solução de SMS (*Short Message Service*) compreendendo gerenciamento, transmissão e recepção de mensagens de texto para celulares.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral.

Tema: Atuação Institucional.

Objetivo: Aprimorar a comunicação interna e externa.

Clientes:

Secretaria de Tecnologia da Informação, cartórios eleitorais e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.

Justificativa:

A iniciativa é motivada pela necessidade de melhorar a comunicação com os servidores lotados nas zonas do interior no que tange às orientações urgentes relacionadas ao processo eleitoral. O sistema é complementar aos canais já utilizados pela Coordenadoria de Eleições (COELE) para contato com os servidores (Portal das Eleições, e-mails e telefonemas).

O projeto também visa ao melhor atendimento da crescente demanda da imprensa acerca das atividades e decisões do TRE-BA. Cada vez mais utilizado pelas assessorias de imprensa de organizações públicas e privadas, o *Short Message Service* (SMS) permite que as notícias relevantes sobre a atuação do TRE-BA cheguem imediatamente aos celulares dos jornalistas cadastrados, tornando mais ágil e eficaz a comunicação e facilitando a distribuição da informação.

O sistema é complementar aos canais já utilizados pela Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ASCOM) para contato com os meios de comunicação, tais como a página do TRE-BA na Internet e o envio de *press releases* para as listas de e-mails de jornalistas. As referidas ferramentas exigem que o profissional disponha de um computador para acesso à informação, o que nem sempre é possível de

imediatamente, uma vez que os jornalistas trabalham a maior parte do tempo na rua e não nas redações.

A vantagem principal do SMS reside na sua capacidade de atingir, rapidamente, um grande número de interessados, via celular, estejam eles onde estiverem.

30. PROJETO CARREGAMENTO DE BATERIAS DE URNA ELETRÔNICA À ENERGIA SOLAR

Escopo ou finalidade:

Implantar o carregamento de baterias de urna eletrônica por meio de energia solar, no Centro de Apoio Técnico (CAT) de Salvador.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Aprimorar o processo eleitoral; e

Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Clientes:

Secretarias de Tecnologia da Informação e de Administração.

Justificativa:

A fim de garantir a correta manutenção preventiva, optou-se pelo armazenamento centralizado, no Centro de Apoio Técnico (CAT) do TRE-BA, das baterias reservas das urnas eletrônicas.

A recarga das baterias reservas, atualmente, é feita com a utilização da própria urna eletrônica (UE) como fonte de alimentação de energia. Considerando as dimensões da UE, a produtividade deste processo é 4 baterias por m².

A criação de um banco de baterias proporcionará um aumento de produtividade que poderá chegar a 50 baterias por m².

A utilização de energia solar proporcionará redução do consumo de energia elétrica.

31. ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO INTERIOR

Escopo ou finalidade:

Melhorar o funcionamento da Justiça Eleitoral baiana por meio da utilização de espaços adequados às necessidades dos magistrados, servidores e público,

garantindo conforto, segurança, eficiência e acessibilidade a todos os clientes desta Justiça Especializada.

Alinhamento estratégico:

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Cientes:

Presidência, Diretoria-Geral e Secretaria de Administração.

Justificativa:

A adequação dos espaços físicos por meio de reforma, adaptação, locação, cessão ou construção beneficiará magistrados, servidores e público em geral, assegurando maior conforto, segurança e agilidade ao desempenho das atividades judiciais e administrativas do Judiciário Eleitoral baiano.

32. PROJETO MESÁRIO VOLUNTÁRIO

Escopo ou finalidade:

Arregimentar universitários, secundaristas, servidores públicos e cidadãos em geral para participar do processo eleitoral na condição de mesário voluntário, de forma a propiciar aos cidadãos o exercício da cidadania, contribuir para a lisura do processo eleitoral e fortalecer as bases da democracia representativa.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Aprimorar o processo eleitoral; e

Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Cientes:

Presidência, Diretoria-Geral, Comissão Mesário Voluntário, Secretaria de Administração e cartórios eleitorais.

Justificativa:

Minimizar os obstáculos comumente encontrados pela Justiça Eleitoral quando da convocação de mesários, seja pela desatualização do endereço constante do

cadastro, que impede a localização do eleitor, seja pela dificuldade na seleção de componentes com perfil adequado, frente à nova realidade tecnológica que permeia o processo eleitoral, seja pelo desconforto causado pela imposição da convocação legal.

33. POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Escopo ou finalidade:

Implantar uma Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais, com vistas à educação e conscientização dos técnicos e usuários de Tecnologia da Informação (TI), considerando-se aspectos culturais, maturidade organizacional e restrições orçamentárias da instituição, de forma a pavimentar o caminho para a implantação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI).

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Aprimorar o processo eleitoral; e

Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.

Cientes:

Comissão designada e Secretaria de Tecnologia da Informação.

Justificativa:

A implantação de Política de Segurança da Informação de modo a assegurar aspectos relacionados à confidencialidade, integridade e disponibilidade das mesmas concorrerá para a atenuação de problemas relacionados à segurança das informações, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e cartórios eleitorais. Ressalte-se que as ações referentes à segurança da informação alinham-se com o quanto disposto na Portaria do TSE nº 22.780/2008, bem como com o entendimento do Tribunal de Contas da União, órgão regulador que possui, dentre outras competências constitucionais e legais, a de fiscalizar, auditar e recomendar melhorias às entidades que fazem uso de bens e valores públicos federais, incluindo-se, portanto, o TRE-BA, haja vista as recomendações oriundas de levantamento de auditoria realizado no ano de 2007 (TC-008.380/2007-1), junto a 333 órgãos e entidades da Administração Pública Federal, referentes à situação da governança de tecnologia da informação.

34. PROJETO DE USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS

Escopo ou finalidade:

Estabelecer normas relacionadas ao uso racional de recursos naturais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, envolvendo suas unidades administrativas e judiciárias situadas na capital e no interior do Estado, de modo a promover a utilização consciente dos recursos naturais renováveis e não renováveis.

Alinhamento estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Presidência, Diretoria-Geral, Secretaria de Administração e Comissão Ambiental.

Justificativa:

A racionalização do uso de recursos naturais renováveis e não renováveis, de forma a evitar seu desperdício, promoverá não só a redução dos custos operacionais, mas também contribuirá para minimizar o impacto ambiental negativo decorrente das atividades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, propiciando, assim, a alocação eficaz dos recursos orçamentários e a melhoria de sua relação com o meio ambiente.

35. PROJETO ELEITOR DO FUTURO

Escopo ou finalidade:

Educar para a cidadania, por meio da formação de uma consciência política de participação nas crianças e jovens integrantes do projeto, propiciando-lhes a vivência dessa cidadania, expressa no ato de votar, por meio de oficinas de artes, palestras, concursos, culminando, ao final, na realização de eleições não oficiais.

Alinhamento estratégico:

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Clientes:

Escola Judiciária Eleitoral, Corregedoria Regional Eleitoral e Secretarias Judiciária, de Administração e de Gestão de Pessoas.

Justificativa:

O projeto contribui para a provocação de mudança comportamental de gerações futuras de eleitores, decorrente de processo de conscientização que os conduza a uma participação política mais atuante, bem como à escolha dos candidatos a cargos representativos de toda a sociedade de forma mais crítica e consciente.

36. PROJETO VOTO DO PRESO PROVISÓRIO

Escopo ou finalidade:

Viabilizar o exercício do direito de voto aos presos provisórios e adolescentes sob regime de internação.

Alinhamento estratégico:

Tema: Acesso à Justiça.

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.

Tema: Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo: Promover ações sociais e ambientais.

Cientes:

Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Diretoria-Geral, Secretarias e cartórios eleitorais.

Justificativa:

A implementação do projeto garantirá aos presos provisórios, que não possuem contra si condenação criminal transitada em julgado, e também aos adolescentes maiores de dezesseis anos, ambos sob regime de internação, o exercício do direito ao sufrágio, assegurado constitucionalmente, possibilitando, assim, a efetivação da cidadania.